



Breves Notas

GOIÂNIA,
DEZEMBRO/2000

MP social é a base do Plano Geral de Atuação



Na elaboração do Plano Geral de Atuação do Ministério Público para 2001, já aprovado pelo Colégio de Procuradores, prevaleceu o aspecto social. Nesse sentido, o desenvolvimento de programa de atuação integrada para a garantia do direito à educação, assegurando o acesso do aluno a um ensino de qualidade e a sua permanência na rede escolar, é a principal meta do Plano Geral de Atuação. Tanto é assim, que a busca por esse direito envolverá prioritariamente três áreas de atuação do Ministério Público: cidadania, patrimônio público e infância e juventude. O Plano também traz as metas para as outras áreas de atuação de nossa instituição.

Página 3

Colégio de Procuradores marca para 16 de fevereiro a eleição do PGJ

Página 5

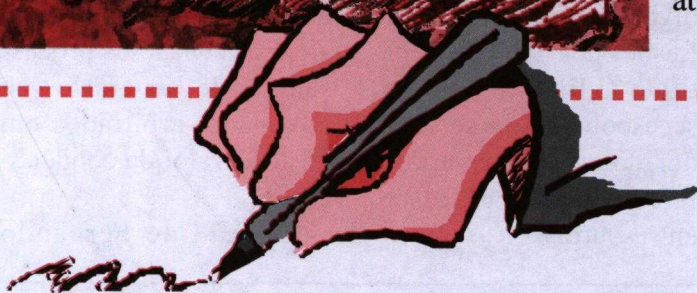
Conselho Superior retoma movimentação na carreira. Confira o resultado das remoções e promoções

Página 7

Veja quem venceu o 1º

Concurso AGMP de Arrazoados Jurídicos

Página 6





AGENDAAGENDAAGENDAAGENDAAGENDA

■ 2º Congresso Brasileiro de Direito Processual e Juizados Especiais

Joinville (SC), 5 a 7 de abril de 2001
Promoção: Instituto de Ciências Jurídicas

Informações e inscrições:
 (47) 433-6352.

E-mail: incijur@zaz.com.br

■ 7º Simpósio

Nacional de Controle de Erosão

Goiânia, 3 a 6 de maio de 2001

Promoção: Associação Brasileira de Engenharia Ambiental

Tema: Perspectivas Metodológicas Integradas para Controle de Erosão

Informações e inscrições: (62)

521-1184, com Selma, Alfredo ou Gislaine. **E-mail:** selma@ieja.ufg.br ou juarez@agro.ufg.br ou

armelin@furnas.com.br

■ 3º Congresso Estadual do Ministério Público de São Paulo

São Paulo, 5 a 8 de setembro de 2001

Promoção: Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo

Informações e inscrições:

(11) 3119-9821 ou 3119-9702

AGMP FIRMA CONVÊNIO COM FISIOTERAPEUTA

A Associação Goiana do Ministério Público firmou convênio com a fisioterapeuta Ana Paula Oliveira Rodrigues, com especialização em RPG (Reeducação Postural Global). Como os demais convênios da AGMP, este também é extensivo aos dependentes dos associados da entidade. Conforme o que foi estabelecido com a fisioterapeuta rpgista, para aqueles que necessitarem de seus serviços será oferecido desconto de 25% sobre os preços à vista normalmente praticados por ela.

A dra. Ana Paula Olivei-

ra Rodrigues atende na Rua 1.121 nº 29, sala 5, Clínica Espaço Center, Setor Marista (quase em frente à sede da OAB-GO) e o telefone é o 281-2154.

Reeducação Postural Global, ou simplesmente RPG, é um método da fisioterapia que trata as desarmonias do corpo humano, levando em consideração as necessidades individuais de cada paciente. RPG é indicada para diversas patologias, como Lesões por Esforço Repetitivo (LER), hiperlordose, escoliose, dor cervical, dor dorsal, lesões articulares e hérnia de disco, entre outras.

JUIZ CONDENA ADVOGADO QUE CALUNIOU FERNANDO KREBS

O juiz Luiz Eduardo de Sousa condenou, no dia 7 deste mês, o advogado Moisés Santana Neto pelas calúnias feitas contra o colega Fernando Krebs. A pena imposta pelo juiz está dividida em duas partes. A primeira, relativa a danos morais à pessoa de nosso colega, foi estipulada em 200 salários mínimos. A segunda, relativa a danos à imagem, foi estipulada em 100 salários mínimos, além das despesas processuais e de honorários de advogado, arbitrados em 15% do valor da condenação.

A ação de Fernando

Krebs foi movida em face de matéria paga que o advogado fez publicar no jornal O Popular, na qual, conforme sentença o juiz, Moisés Santana “desfera contra a honra e dignidade do autor acusações caluniosas e comparações ofensivas, ora comparando-o a um *papagaio*, *palhaço*, ora chamando-o de *fanático e nazista*”. Para o juiz, muito embora o advogado não tenha citado o nome do colega, “força convir que o conteúdo noticioso visou, de uma forma direta, à pessoa do autor, e de uma forma indireta, a instituição do Ministério Público”.



Breves Notas

Informativo da Associação Goiana do Ministério Público

Rua T-29, esq. c/ T-9, nº 1.758 – Setor Bueno. Fone (0**62) 285-6660. Fax (0**62) 251-1798. CEP 74215-050 – Goiânia – GO. **Presidente:** Mozart Brum Silva. **1º Vice-Presidente:** Lenir Pedrosa Soares Correia. **2º Vice-Presidente:** Sandra Beatriz F. de Paula Dias. **1º Secretário:** Fernando Aurvalle da Silva Krebs. **2º Secretário:** Fernando Braga Viggiano. **1ª Tesoureira:** Marilda Helena Vasconcelos. **2ª Tesoureira:** Deusivone Campelo Soares. **Diretor de Relações Públicas:** Celso C. Batista. **Conselho Fiscal/Titulares:** Jefferson Xavier de Souza Rocha, Valéria Marques Freitas, Aguinaldo Bezerra Lino Tocantins. **Conselho Fiscal/Suplentes:** Leandro Pereira Colombano e Milton Marcolino dos Santos Júnior. **Diretorias:** **Samp:** Max Esteves Pereira (diretor-geral) Valéria Cristina de Paula Magalhães e João Lacerda Jubé (Conselho Gestor). **Social:** Odiléia Fiori Tosi. **Social Adjunta:** Carla Fleury de Souza. **Patrimônio:** Ário Augusto de Brito. **Estudos Jurídicos:** Aylton Flávio Vechi. **Cultural:** Eduardo Abdon Moura. **Assuntos Institucionais:** Rodolfo Pereira Lima Júnior. **Esportes:** Clínio Xavier Cordeiro. **Turismo:** Maria Thereza de Araújo Costa. **Convênios:** Lauro Machado Nogueira. **Jornalista Responsável:** Luiz Spada (Reg. Prof. GO582JP). **Editoração Eletrônica:** Casa das Letras. Fone (62) 255-8939

PLANO GERAL DE ATUAÇÃO

Direito à educação é principal meta para 2001

O desenvolvimento de programa de atuação integrada para a garantia do direito à educação, assegurando o acesso do aluno a um ensino de qualidade e a sua permanência na rede escolar, é a principal meta do Plano Geral de Atuação do Ministério Público de Goiás para 2001, aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Tanto é assim, que a busca por esse direito envolverá prioritariamente três áreas de atuação do Ministério Público: cidadania, patrimônio público e infância e juventude.

Para tanto, serão adotadas, entre outras, as seguintes diretrizes: combate à evasão escolar, mediante mecanismos extrajudiciais e judiciais de controle e prevenção, bem como de outros voltados para o reingresso do aluno e a sua permanência na escola; cobrança do regular funcionamento dos Conselhos Escolares e dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef; conclamação dos parceiros estratégicos para participarem da elaboração e da realização do programa de garantia do direito à educação, além de procurar coibir o transporte inadequado ou irregular de alunos, exigindo a prestação contínua e digna do serviço.

OUTRAS ÁREAS

Dentro do Plano Geral de Atuação para 2001, também

é meta do MP, em relação ao meio ambiente, dar continuidade às ações de defesa dos recursos hídricos e de promoção do desenvolvimento sustentável. Isso será possível, entre outras coisas, com a promoção e o incentivo para recomposição das matas ciliares das bacias hidrográficas e, de forma prioritária, com o desencadeamento das ações relativas ao primeiro ano de desenvolvimento do projeto *Deixe Suas Raízes no Araguaia*, lançado em junho. A exigência da implantação das políticas públicas de controle ambiental e preservação dos recursos hídricos é outra diretriz para atingir essa meta.

Em relação à área de acidente de trabalho e defesa das vítimas, o principal objetivo será o incremento à atuação na defesa do meio ambiente do trabalho. Nesse sentido, o MP vai promover a proteção coletiva do meio ambiente do trabalho, bem como aprimorar os métodos de realização da persecução criminal em casos de acidente de trabalho.

No Plano Geral, também foram fixadas metas específicas por área de atuação. É o caso, por exemplo, da área criminal, cujo ob-

jetivo será buscar a responsabilização penal dos agentes públicos pela prática de crimes ambientais e outros previstos em legislações especiais. Essa meta tem como diretriz o incentivo e o aprimoramento do intercâmbio de informações e dados entre os órgãos de execução do Ministério Público, com atuação em 1º e 2º grau de jurisdição, para viabilizar a propositura das ações penais correspondentes.

Para defender o consumidor, o objetivo fixado foi implementar a atuação institucional para a garantia do consumo de carne regularmente inspecionada pela população goiana. Essa meta será buscada adotando-se as seguintes diretrizes: coibir a prática do abate clandestino de carne e a sua posterior comercialização; realizar pesquisa e levantamento de dados sobre oferta e procura, de capacidade do sistema de abatimento regular instalado no Estado, bem como do poder e alcance fiscalizatório dos serviços de vigilância sanitária; e, exigir do Poder Público a

atuação efetiva no combate ao abate e à comercialização clandestina de carne.

Entre as diretrizes gerais, o Plano Geral de Atuação prevê a realização de audiências públicas nas diversas áreas de atuação do MP e a celebração do Dia Estadual de Mobilização pela Garantia dos Direitos do Cidadão. Complementam o Plano Geral a adoção de projetos especiais, a promoção de encontros regionais; a implementação, na Grande Goiânia, da atuação da Promotoria de Justiça Comunitária na defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, em face de problemas apurados por região, setor ou bairro, para agir de maneira integrada com as promotorias de justiça especializadas; e a instituição e organização de núcleo de apoio logístico, integrado por corpo técnico-científico para apoiar projetos especiais, estruturado preferencialmente para a repressão à criminalidade organizada e à improbidade administrativa.



Brevíssimas

CARTEIRA NACIONAL

Por iniciativa de sua presidente, Ivana Farina, o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça aprovou proposta para confecção de nova carteira funcional padrão para todo o Brasil. Com essa decisão, já estão sendo adotadas as providências necessárias no sentido de mandar imprimir as cédulas de identidade na Casa da Moeda.

CIRCULANDO

A Regional de Ceres da Associação Goiana do Ministério Público publicou, em novembro, o seu segundo informativo, que traz, como doutrina, artigo do advogado paulista Geraldo Facó Vidigal sobre **Infocrimes e a responsabilidade na internet**. O informativo apresenta também alguns endereços de sites interessantes, assim como traz jurisprudência e notícias do cenário jurídico. Parabéns aos colegas da Regional e que continuem assim, empenhados em divulgar informações de interesse do Ministério Público.

JUSTIÇA NA EDUCAÇÃO

Foi sucesso absoluto a edição goiana do encontro Justiça na Educação, realizado de 3 a 6 deste mês na Pousada do Rio Quente, que contou com a participação de juízes de direito, promotores de justiça e entidades governamentais e não-governamentais. Nos quatro dias de encontro, foram discutidas ações sobre o direito à educação e mobilização para ações concretas em defesa desse direito.

Da solenidade de aber-

tura, participaram a procuradora-geral de Justiça, Ivana Farina, o presidente da Associação dos Magistrados de Goiás, Jamil Pereira de Macedo, o vice-presidente da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude, Saulo de Castro Bezerra. Teve atuação destacada o colega Divino Marcos de Melo Amorim, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude.

NOVA CIDADÃ

A colega Carla Fleury de Souza é a mais nova cidadã inhumense. O título honorífico lhe foi entregue no dia 14 de dezembro, em solenidade na Associação Atlética Banco do Brasil de Inhumas, numa iniciativa da Câmara de Vereadores daquele município.



NOTA DE PESAR

BELIZÁRIA ROSA DE BESSA

É com pesar que a Associação Goiana do Ministério Público registra o falecimento da procuradora de justiça **BELIZÁRIA ROSA DE BESSA**, ocorrido no dia 9 de dezembro. À família, fica aqui externado o pesar não só da AGMP, entidade da qual ela foi assídua participante, bem como de todo o Ministério Público de Goiás.

Mozart Brum Silva
Presidente

EM 31 DE JANEIRO TEM ASSEMBLÉIA DA AGMP

Antes mesmo de retornar às suas atividades normais, os associados da AGMP têm um compromisso muito importante com sua Associação. No dia 31 de janeiro, será realizada assembleia geral ordinária e o presidente Mozart Brum Silva conta com a participação maciça de todos os colegas. Entre outros, estarão em pauta os seguintes temas:

- Tomada de contas
- Discussão sobre o pecúlio
- Fundação Escola Superior do Ministério Público
- Destinação do dinheiro arrecadado com a venda da área de Caldas Novas (*vale ressaltar que, na assembleia geral extraordinária de 28 de outubro, foi fixado em R\$ 180 mil o preço de venda, mas, nas negociações promovidas, conseguimos vender o lote por R\$ 200 mil*), e,
- Destinação da área da antiga Casa do Promotor de Justiça, na Rua 10, Setor Oeste (venda ou construção de salas comerciais destinadas a locação).

MINISTÉRIO PÚBLICO GOIANO

Procurador-geral será eleito 16 de fevereiro

Reunido no dia 20 deste mês, o Colégio de Procuradores de Justiça definiu o calendário eleitoral do Ministério Público para o ano que vem, tendo em vista a eleição, pelos membros da Instituição, do procurador-geral de Justiça. A data do pleito ficou marcada para o dia 16 de fevereiro.

Na mesma reunião, o Colégio escolheu a comissão elei-

toral, que vai comandar todo o processo e será presidida pela colega Maria do Carmo Domingos Taufick, contando com a participação da colega Luzia Vilela Ribeiro e do novo corregedor-geral, Rodolfo Pereira Lima Júnior. Conforme prevê a Resolução nº 10/2000, o prazo para inscrição de candidaturas vai de 22 de janeiro a 2 de fevereiro. Confira abaixo o que diz a resolução.



RESOLUÇÃO Nº 10/2000

Estabelece normas para a eleição do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 6º, da Lei Complementar nº 25, de 06 de julho de 1998 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás), resolve baixar as seguintes normas regulamentadoras do processo de eleição do Procurador-Geral de Justiça:

Art. 1º - A eleição para formação da lista tríplice destinada a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, nos termos do artigo 5º e seguintes da Lei Complementar nº 25, de 06 de julho de 1998 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás), realizar-se-á no dia 16 de fevereiro de 2001, das oito às dezessete horas, na sede provisória da Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 2º - Os candidatos ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás deverão inscrever-se perante a Comissão Eleitoral, instalada nas dependências provisórias da Procuradoria-Geral de Justiça, do dia 22 de janeiro de 2001 até às 18:00 horas do dia 02 de fevereiro, penúltima sexta-feira útil que precede a semana da eleição.

Parágrafo único - As inscrições deverão ser feitas pessoalmente mediante

pedido escrito dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral.

Art. 3º - Após o encerramento do prazo para inscrição, os membros do Ministério Público interessados dispõem de 24 horas para impugnar, de forma fundamentada, qualquer das inscrições feitas.

Parágrafo único - A Comissão disporá de igual prazo para decidir as impugnações, decisão da qual caberá recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça, nos termos da Lei.

Art. 4º - O modelo das cédulas de votação será elaborado pela Comissão Eleitoral e por ela rubricado.

Parágrafo único - A ordem de colocação dos nomes na cédula oficial será obtida mediante sorteio a ser realizado pela Comissão Eleitoral, em sessão pública, no dia 15 de fevereiro, às 9:00 horas, na sala de trabalhos indicada no artigo 1º.

Art. 5º - Antes de iniciada a votação, a Comissão examinará publicamente as condições da urna coletora de votos, tomando todas as providências para que o início dos trabalhos se dê no horário estabelecido pelo artigo 1º desta Resolução.

§ 1º - A fiscalização do pleito será exercida pelos próprios candidatos, facultada a permanência de qualquer deles no recinto.

§ 2º - O ato de votação será exercido por ordem de chegada, devendo o eleitor apresentar-se munido de carteira funcional ou equivalente, sendo decidida

pela Comissão Eleitoral, *incontinenti*, qualquer impugnação relativa ao eleitor.

Art. 6º - Cada eleitor poderá votar em até três candidatos.

Art. 7º - Encerrada a votação, terá início, imediatamente, a apuração dos votos.

§ 1º - Serão considerados nulos os votos exercitados em desacordo com esta Resolução, bem como aqueles que, de alguma forma, puderem ser identificados.

§ 2º - Os incidentes e impugnações na contagem dos votos serão decididos pela Comissão Eleitoral e devem ser opostos no momento da realização do ato que os motivou.

Art. 8º - Encerrados os trabalhos de apuração, a Comissão Eleitoral publicará os nomes dos três candidatos que obtiverem, sucessivamente, maior número de votos, proclamando os resultados e encaminhando a relação ao Procurador-Geral de Justiça em exercício.

Art. 9º - Da eleição lavrar-se-á ata em livro próprio, dela constando todas as ocorrências verificadas na apuração.

Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Goiânia, aos 21 dias do mês de dezembro de dois mil.

IVANA FARINA
Procuradora-Geral de Justiça

ARRAZOADOS JURÍDICOS

AGMP entrega prêmios do 1º Concurso

A festa em comemoração ao Dia Nacional do Ministério Público, realizada dia 15, na sede da AGMP, foi também momento para a entrega dos prêmios aos vencedores do **1º Concurso AGMP de Arrazoados Jurídicos**. Em clima de descontração e sob as tendas montadas na área das piscinas, o presidente Mozart Brum Silva chamou um a um dos primeiro e segundo colocados em cada uma das áreas. Vale ressaltar que, para os primeiros classificados, a AGMP entregou cheque

de R\$ 2 mil e, para os segundos classificados, o prêmio foi de R\$ 1 mil. Por área, os vencedores são os seguintes, com os respectivos trabalhos:

Área criminal

- 1º. João Porto Silvério Júnior – *Carência de ação/pena virtual*
- 2º. Eudes Leonardo Bomtempo – *sem título*

Área cível

- 1º. Osvaldo Tovani – *sem título*
- 2º. Marivânia Palmeira de Oliveira – *Impugnação à contestação em ação civil pública*

Área cível (peças iniciais)

- 1º. José Augusto de Figueiredo Falcão – *Desenvolvimento industrial e meio ambiente (a perseguição do desenvolvimento sustentável, ação do Ministério Público diante dos impactos negativos da atividade industrial sobre o meio ambiente e a qualidade de vida da população)*
- 2º. Eudes Leonardo Bomtempo – *sem título.*

FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Enfim, o julgamento

Finalmente foi julgado pelo Pleno do Tribunal de Justiça o agravo regimental interposto pela AGMP visando reformar a decisão do presidente do TJ, desembargador Joaquim Henrique de Sá, que suspendeu liminar que manti-

nha para os integrantes do Ministério Público a alíquota de 6% do desconto para o Fundo de Previdência Estadual.

À exceção do desembargador Jamil Pereira de Macedo, que deixou de manifestar-se alegando foro íntimo, todos os presentes na

reunião extraordinária do Pleno, realizada dia 22 deste mês, acompanharam o voto do presidente. Com isso, o advogado contratado pela AGMP, Getúlio Targino Lima, já está providenciando mandado de segurança a ser interposto no Superior Tribunal de Justiça.

NOVOS POSTOS

Algumas coordenadorias de promoções de justiça do interior tiveram seus titulares alterados pela Procuradoria-Geral de Justiça. Em Jataí, os colegas, por unanimidade, decidiram manter Sebastião Simões de Araújo à frente da coordenadoria. As mudanças ocorridas foram as seguintes:

- **Anápolis:** Orlandina Brito Pereira
- **Aparecida de Goiânia:** Márcio do Nascimento
- **Formosa:** Heráclito d'Abadia Camargo
- **Itumbiara:** Arquimedes de Queiroz Barbosa
- **Luziânia:** Suzete Prager de Oliveira Freitas
- **Quirinópolis:** Angela Acosta Giovanini de Moura
- **Rio Verde:** Aguinaldo Bezerra Lino Tocantins

BOA DE FALA, SEMPRE REQUISITADA

Procuradora-geral de Justiça e presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, Ivana Farina está com uma agenda cheia, tendo em vista os vários pedidos de colegas de outros Estados para que ela se faça presente aos encontros da categoria. Para se ter idéia, somente este mês ela teve de fazer cinco viagens a outros Estados. Logo no dia 1º, Ivana foi a Maceió, onde comandou reu-

nião do CNPGJ. Voltou para Goiânia e seguiu para Caldas Novas, onde participou da abertura do encontro Justiça na Educação. No dia 5, voou para o Pará e fez palestra para os participantes do congresso do MP paraense. Voltou e, no dia 8, seguiu para Mato Grosso, onde também foi palestrante do congresso estadual. Por fim, no dia 12, seguiu para o Maranhão, onde mais uma vez foi palestrante de congresso estadual.

PROMOÇÕES E REMOÇÕES

Retomada a movimentação na carreira

Foi bastante movimentada a reunião do Conselho Superior do Ministério Público, realizada dia 13 deste mês, que decidiu sobre os pedidos de remoção e promoção. Como vem demonstrando nos últimos tempos, o Conselho Superior mais uma vez deu uma demonstração de maturidade e de elevado senso de justiça ao deliberar sobre os vários pedidos de movimentação na carreira. A AGMP registra aqui seus cumprimentos aos colegas Rodolfo Pereira Lima Júnior, Luzia Vilela Ribeiro, Almerinda da Costa Salomão, Aylton Flávio Vechi, Alciomar Aguinaldo Leão, ao corregedor-geral e à procuradora-geral de Justiça, que participaram da úl-

tima reunião do século. Ao final, foi aprovada a seguinte movimentação:

Remoções

Por permuta:

Marcos Alberto Rios, de Santa Helena de Goiás, X Juliana Giovanini Moura, de Rio Verde (que permanecem como de terceira entrância)

Por merecimento: Mari-vânia Palmeira de Oliveira, de Estrela do Norte para Abadiânia (entrância inicial)

Promoções

Entrância inicial

1ª Promotoria de São Miguel do Araguaia: Cristiane Vieira de Araújo (promo-



tora substituta, por merecimento)

1ª Promotoria de Novo Gama: Karine Suzan Oliveira Gomes (promotora

substituta, por merecimento)

Alvorada do Norte: Adriana Borges Torres (promotora substituta, por merecimento)

Entrância intermediária

1ª Promotoria de

Minaçu: José Carlos de Oliveira Nery Júnior (promotor substituto, por merecimento)

1ª Promotoria de Jussara: Públius Lentulus Alves da Rocha (de Itajá, por merecimento)

1ª Promotoria de Niquelândia: Sebastião Marcos Martins (de Valparaíso de Goiás, por antiguidade)

RENOVADO O CONSELHO SUPERIOR DO MP

Em eleição no dia 15 deste mês, foram escolhidos os novos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, que é composto pelos seguintes colegas e os respectivos votos que receberam:

■ **Pelo primeiro grau:** Marcos Abreu e Silva (165), Eliseu José Taveira Vieira (83) e Eliete Souza Fonseca Suavinha (65)

■ **Pelo segundo grau:** Nelma Branco Ferreira Perilo e Maria da Conceição Rodrigues dos Santos.

■ **Os suplentes são:** Regina Helena Viana, Waldir Lara Cardoso, Alciomar Aguinaldo Leão (pelo primeiro grau), Osvaldo Nascente Borges e Ricardo Nunes Carvalho (pelo segundo grau).

A posse dos novos conselheiros foi realizada na manhã do dia 22, em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, que também empossou os novos corregedor-geral e corregedora-geral substituta (*veja matéria ao lado*).

RODOLFO É O NOVO CORREGEDOR-GERAL

Por 26 votos a 9, o Colégio de Procuradores de Justiça definiu, no dia 15 deste mês, que a Corregedoria-Geral do Ministério Público será comandada pelo colega Rodolfo Pereira Lima Júnior. Também disputava o cargo o colega Leônidas Bueno Brito. Candidata única ao cargo de corregedor-geral substituto, a colega Ana Cristina Ribeiro Peternella França foi escolhida por aclamação.

A sessão do Colégio foi bastante movimentada. Tanto que até mesmo o colega Demóstenes Lázaro Xavier Torres, hoje à frente da Secretaria de Segurança Pública e Justiça, compareceu para votar.

Pah... buftm



PUTZ-PUTZ

Os colegas aprovados no último concurso de promotor de justiça compareceram em bloco à AGMP para comemorar o Dia Nacional do Ministério Público. A coesão da turma durou toda a madrugada, inclusive a partir do momento em que todos foram para o salão, num quase total clima de boate.

BELA VOZ

O cantor Carlinhos veio de Ceres especialmente para animar a noite do Dia Nacional do Ministério Público. Estrategicamente instalado na área das piscinas, ele agradeceu com sua voz e seu repertório de MPB. Na verdade, só parou de tocar de madrugada, quando os colegas João Porto e Vilanir Camapum pediram o violão emprestado e deram uma canja para mostrar seus dotes artísticos.

REPRESENTANTES

Na festa, Demóstenes Lázaro Xavier Torres representou o governador Marconi Perillo, enquanto o desembargador José Lenar Bandeira de Melo foi o representante do presidente do Tribunal de Justiça. Já da Assembléia Legislativa, apenas o deputado Sandes Júnior compareceu, atendendo mais uma vez ao convite da AGMP.

SÓ ELA

No encontro Justiça pela Educação, realizada na Pousada do Rio Quente, a colega Karine Suzan, que em breve estará atuando na Comarca de Novo Gama, foi sucesso absoluto.

LAVAR CARRO ESTÁ MAIS BARATO

Os associados da AGMP têm, a partir de agora, uma boa oportunidade de lavar seus veículos com um preço bem mais em conta. É que a AGMP firmou convênio com o Lava Jato Vaca Brava, que garante aos associados e seus dependentes 15% de desconto sobre os preços a vista normalmente praticados pela empresa. O lava Jato Vaca Brava fica na Avenida T-16 nº 1.221, Setor Bueno.



LABIRINTITE

Não é que teve muitos coleguinhos que, como sempre, ultrapassaram a dosagem e curtiram bons momentos de cabeça rodando? É bem verdade que o *open bar* colaborou bastante para isso!

AGRADOU GERAL

A decoração de Natal da AGMP agradeceu a todos. E não é para menos. Com sua peculiar competência, Ivani da Silva Ferro mais uma vez colaborou com a Associação e, por pura cortesia, montou toda a decoração.

NA BIBLIOTECA

Já estão na Biblioteca da AGMP, à disposição dos associados, mais duas obras que a Associação recebeu, que são as seguintes:

- **Breves Registros para uma História Recente do Direito no Ceará**, do professor Francisco Valfrido Barbosa, lançado pela Editora ABC Fortaleza.
- **Justitia**, revista do Ministério Público de São Paulo, editado em conjunto pela Procuradoria-Geral de Justiça e pela Associação Paulista do Ministério Público.

Classificados

Personal trainer. Emagreça, acabe com a flacidez ou aumente a massa muscular, ganhando mais saúde. Faça ginástica orientado por um profissional de Educação Física. Tratar com Renata Neves Souto no 936-5143.

Aluga-se. Apartamento novo em frente à nova sede da PGJ, no Jardim Goiás. Três quartos, uma suíte, banheiro social, sala, cozinha, área de serviço, garagem, repleto de armários, 8º andar, primeira locação. Tratar com Analice, fones 225-7265 e 9968-1847.

Quer vender, alugar, trocar? Este espaço está aberto à participação de todos os associados. Basta enviar o texto de seu anúncio por fax ou e-mail para a AGMP